



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

24/03/2013



INDICE

| | |
|--|---------|
| 1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO | |
| 1.1. DECISÕES..... | 1 - 2 |
| 1.2. JUÍZES..... | 3 |
| 2. JORNAL O IMPARCIAL | |
| 2.1. SERVIDORES..... | 4 - 6 |
| 3. JORNAL O QUARTO PODER | |
| 3.1. DECISÕES..... | 7 |
| 3.2. OBRAS/REFORMAS..... | 8 |
| 4. JORNAL PEQUENO | |
| 4.1. EVENTOS..... | 9 |
| 4.2. JUÍZES..... | 10 - 11 |
| 4.3. PROCESSO SELETIVO..... | 12 |
| 4.4. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE..... | 13 |
| 4.5. VARAS CRIMINAIS..... | 14 |

Operação contra a revista O Cruzeiro

Em dezembro de 1954, o senador Antônio Bayma e o suplente Newton Bello renunciaram aos mandatos, ensejando que no Maranhão fosse realizada uma intempestiva eleição, com o objetivo de eleger um candidato derrotado na Paraíba, que não poderia ficar sem mandato no Senado, por imposição da cúpula do PSD.

Da disputa política que levou o jornalista Assis Chateaubriand ao Senado da República, como representante do Maranhão, veio a lume um episódio de grande repercussão nacional: a destruição da edição especial de O Cruzeiro, revista semanal que em seu auge (anos 1950) atingiu uma tiragem de 700 mil exemplares, para uma população de 50 milhões de brasileiros.

Dias antes da realização do pleito senatorial (março de 1955), estudantes da Faculdade de Direito, liderados pelo jovem universitário Luís Almeida Teles, revoltados com o processo pelo qual se daria o mandato a Chateaubriand, tomaram a iniciativa de fundar um comitê destinado à arregimentação e combate ao candidato do PSD.

Bem articulados, promoviam reuniões, faziam comícios, passeatas e manifestos contra o dono dos Diários Associados e o desembargador e professor da Faculdade de Direito, Raimundo Público Bandeira de

Melo, candidato a suplente de senador.

O Partido Comunista combatia com veemência os Diários Associados e devotava à figura de Chateaubriand desmedida ira. Por isso, mandou a São Luís dois próceres de sua direção nacional, Aristides Saldanha e Henrique Miranda, para participarem da campanha eleitoral, ajudando os oposicionistas.

Aqui, os membros do PC receberam a informação de que O Cruzeiro, nas proximidades do pleito senatorial, publicaria ampla e especial reportagem, da autoria do jornalista David Nasser, sobre a vida e obra de Chateaubriand, intitulada "O Velho Capitão", a ser distribuída gratuitamente à população de São Luís.

Além disso, também comunicaram com precisa exatidão o dia e a hora da chegada do avião a São Luís, trazendo milhares de exemplares da revista. Consultado pelas lideranças oposicionistas a respeito da operação, que, se bem executada, poderia impedir a revista de chegar às mãos do eleitorado maranhense, o universitário Luís Teles, membro do PC, não pensou duas vezes. Aceitou o desafio, embora considerasse a missão arriscada. Seria ele o agente de uma melindrosa operação, que, se bem-sucedida, contribuiria para impor à candidatura de

Chateaubriand um tremendo golpe e desarticulária as ações que os vitorinistas preparavam para fazer aquela eleição tranqüila e creditada a poderosa estrutura do PSD no Maranhão.

Ao receber a ordem para a execução da operação, Teles deparou-se com séria dificuldade: carecia de um transporte adequado para trazer as revistas do aeroporto. O candidato das Oposições, coronel da Aeronáutica, Armando Serra de Menezes, que achou o plano formidável, conseguiu um jipe do presidente regional da União Democrática Nacional, Alarico Pacheco, para fazer o serviço.

Por volta das 14 horas, Teles e dois auxiliares, um deles o jornalista Ubiratan Teixeira, rumaram para o aeroporto à espera do avião. Após os procedimentos de desembarque, apresentou-se ao gerente da empresa aérea, Francisco Pinto Lima, como autorizado a receber a carga dos Diários Associados.

Nesse momento, surge um problema, de natureza emergencial: o jipe era pequeno e não comportava a grande quantidade de revistas. Mais uma vez a sagacidade de Teles funciona. Ele pede ao gerente para levar a carga à agência da empresa aérea, localizada na Travessa da Pas-

sagem, onde iria buscá-la.

Para a viabilização dessa arriscada operação, Teles conta também com a participação do barbeiro Alcides Alves Cardoso, opositorista intransigente e devotado às causas contra os vitorinistas. Recebidas as revistas foram elas levadas para uma casa localizada no bairro do João Paulo, transladação essa que acabou por volta das duas horas da madrugada.

Faltava agora cumprir a última etapa da operação: a destruição das revistas, que deveriam ser literalmente incineradas. Enquanto providenciavam o transporte das revistas para o interior da Ilha, onde ao amanhecer do dia se daria a incineração, o Sr. Hamilton Costa, proprietário da livraria A Colegial, localizada na Praça João Lisboa, e distribuidora de O Cruzeiro, foi receber as revistas e providenciar a distribuição das mesmas.

O comerciante foi então surpreendido

com a notícia, dada pelo próprio gerente, de que todos os exemplares da revista já haviam sido entregues a uma pessoa, supostamente credenciada para recebê-las.

O caso foi imediatamente comunicado ao Palácio dos Leões, que logo mobilizou a Polícia Civil para desvendar o desaparecimento das revistas e descobrir os autores do crime. O mais famoso delegado de São Luís, Benedito Penha, entrou em ação com o propósito de encontrar os envolvidos na operação. A imprensa Associada caiu em campo e passou a orientar as diligências e a divulgá-las.

Por efeito da atuação eficiente das forças policiais, encontraram-se as primeiras pistas que levaram o delegado aos autores do crime. Uma pessoa viu quando Teles, no aeroporto do Tirirical, recebeu a carga, sendo, por isso, denunciado.

Se Teles e Alcides foram bem-sucedidos

na apropriação das revistas, o mesmo não se pode dizer do processo da destruição. Descuidaram-se quanto ao tempo, dando condições à Polícia de salvar quase todos os exemplares de O Cruzeiro, que foram dadas à população, como propaganda eleitoral do candidato Assis Chateaubriand. O delegado conseguiu prender os responsáveis pelo crime e submetê-los a rigoroso inquérito policial.

Luís Teles passou poucas horas na prisão. Os partidos oposicionistas logo impetraram a seu favor um habeas corpus. Em sessão extraordinária, o Tribunal de Justiça do Estado, sob a presidência do desembargador Bento Moreira Lima, conhecido por sua postura democrática, apreciou e julgou o processo, sendo Teles imediatamente solto e o inquérito perdeu-se na poeira do tempo. A sessão do Tribunal de Justiça realizou-se à noite, fato inédito na vida do Poder Judiciário do Maranhão.

Hoje, poder se divide

SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO

Tempos atrás, em artigo publicado neste matutino, li uma história interessante que era mais ou menos assim: no tempo em que Vitorino Freire detinha a liderança política no Maranhão, no dia da eleição ele entregava a cédula de votação para o eleitor, já preenchida, e o "direito" deste era de tão somente colocá-la na urna. Numa dessas ocasiões, um eleitor mais "curioso", ao receber a cédula perguntou a Vitorino: "Doutor, me desculpa, mas em quem eu estou votando?" Ao que Vitorino, de pronto, respondeu indignado: "Quando já se viu isso? Vá lá e bote o voto na urna."

Pois bem, naqueles tempos, em regra, os políticos tinham poderes quase absolutos. Hoje, se comparamos ao tempo de outrora, esse poder felizmente está bem relativizado.

Com o avanço da tecnologia, principalmente no campo da comunicação, a maioria tem acesso a tudo que está acontecendo no mundo, em tempo real. E mais: essa mesma tecnologia permite interatividade, o que faz com que todo mundo opine, em tudo; que promova abaixo-assinados com participação de milhões, como aconteceu, por exemplo, quando a sociedade se mobilizou e conseguiu a Lei da Ficha Limpa; que crie páginas sociais para defesa de grupos com interesses comuns, enfim, as possibilidades são inúmeras.

Isso e muito mais, em última análise, é democratização do poder, divisão do poder entre os representantes (autoridades) e representados (cidadãos). Por via de consequência, isso implica em legítimas cobranças e críticas.

Fiz essa introdução, para dizer que hoje a máxima de que "poder não se divide", tem validade relativa e só é legítimo decidir solitariamente em algumas circunstâncias. Por exemplo, em certas situações, a decisão da autoridade pode desagradar um grupo, mas é justificada pelo interesse público; no exercício da magistratura, todas as vezes que o juiz decide, a parte perdedora, por certo, não ficará satisfeita com a sentença, porém o julgador tem que seguir as balizas que as provas e a lei impõem.

Entretanto, mesmo na magistratura, hoje o espaço para divisão do poder é cada vez maior e até incentivado. Para dar conta do trabalho que a sociedade exige, temos nos valido, quando possível, de conciliadores, mediadores e árbitros. Afinal, nossa missão é resolver as disputas em tempo razoável, coisa cada vez mais complicada pelo volume crescente de processos, logo foi preciso mudar a fórmula antiga e incorporar novos parceiros.

Em face disso é que não entendo o apoio da polícia à proposta de emenda constitucional (PEC 37/2011), que impede que o Ministério Público e outros atores públicos tenham competência para investigar.

Até onde sei, o contingente policial é inferior à demanda. Na maioria das pequenas cidades do interior, este se resume a dois policiais militares, sendo que um deles exerce a função de delegado e o

outro de carcereiro. Tanto é assim, que a reclamação constante dos quadros das policiais é, com bastante razão, o excesso de trabalho e o número reduzido de pessoal, o que prejudica as investigações e resulta num índice baixo de resolução, no universo de denúncias apresentadas.

Quantos cidadãos já foram vítimas de pequenos delitos, mas, se muito, fizeram o boletim de ocorrência, para preservar direitos, e nunca tiveram resposta da conclusão do inquérito? Inúmeros. E sabe por quê? Porque a polícia não tem um quadro de pessoal, de delegados a investigadores, suficiente para tentar desvendar todos os crimes e acaba por focar nos mais graves.

Outro fato que, a meu juízo, vai de encontro ao projeto de exclusividade nas investigações, é que os delegados de polícia não detêm, a exemplo de juizes e promotores, a prerrogativa da inamovibilidade, do qual mais de uma vez declarei-me favorável.

Já escutei delegado de polícia reclamar que foi removido, por contrariar interesse político em uma investigação.

Em suma, será que, nesse cenário, a polícia sozinha terá condição de investigar os crimes urbanos, ambientais, fiscais, de improbidade administrativa e tantos outros? Como os dois únicos policiais, de várias localidades, darão conta de prevenir e investigar essa gama de crimes? E se, por mágica, eles conseguirem dar conta da demanda, quando contrariarem interesses poderosos, como garantir que não serão removidos e archive-se a investigação?

A história que conto na abertura, deixa claro que o poder público era exercido por homens e mulheres (algumas poucas), na convicção que o poder que lhes fora conferido era de uso pessoal e o povo aceitava com naturalidade. Hoje, repito, por mais que persistam os abusos e condutas inapropriadas na esfera pública, a sociedade se recusa a aceitar como natural que os detentores de cargos ou funções públicas se movimentem com o propósito de assegurar interesses que trarão prejuízos à coletividade.

Tomo a liberdade de trazer esse tema à reflexão, pois tenho amigos e amigas na polícia, que exercem com destemor e dedicação suas funções, não fazendo mais por conta das limitações expostas.

O próprio autor da PEC 37, que tem feito um trabalho excepcional no Congresso Nacional, é meu amigo e sei do seu compromisso com a questão da segurança pública e dos assuntos afetos à Justiça, por isso ousou sugerir que priorize a luta pela reformulação da carreira dos delegados de polícia e conquiste a inamovibilidade. Penso que essas mudanças são mais importantes, pois excluem a possibilidade de ingerências indevidas, e, como resultado, fortalece a classe e reforça o poder do cidadão.

Finalizando, quero destacar que o recém eleito Sumo Sacerdote da Igreja Católica, papa Francisco, deu um exemplo impar de desapego ao poder e humildade: após ser escolhido, na sacada do Vaticano, este de joelhos pediu ao povo que orasse por ele, para que consiga cumprir a difícil missão. Ou seja, todos nós precisamos de ajuda, se o propósito em destaque é servir melhor a coletividade.

Julza de Direito

E-mail: sonia.amaral@giobo.com

CÉLULAS-TRONCO

REPRODUÇÃO/K.GEROMY/OPIMPI/D.A.PRESS



Tatiana Maranhão e o filho Tavinho

TRATAMENTO NA CHINA É ALVO DE CAMPANHA DE MÃE MARANHENSE

URBANO 3

■ ESPERANÇA

Pedido de ajuda

Mãe busca a recuperação de filho, vítima de traumatismo craniano, e lança campanha para custear o tratamento de 32,3 mil dólares na China

AUGUSTO DO NASCIMENTO

Sem andar, falar, ou mesmo manter a rigidez do corpo, Otávio Augusto Maranhão, o "Tavinho", que no próximo dia 28 de março completará 6 anos, pode ser bem-sucedido na reabilitação de um traumatismo craniano, caso consiga um tratamento realizado com o uso de células-tronco pela empresa chinesa Beike Biotech. Para arrecadar o custo previsto de 32,3 mil dólares (em torno de R\$ 65 mil), a mãe da criança, a servidora pública estadual Tatiana Maranhão, iniciou na semana passada a campanha "Tavinho. Amor de mãe", e relatou a **O Imparcial** a esperança de ver o filho recuperar-se de um trauma causado por um acidente automobilístico, em setembro de 2011.

Atualmente, Tavinho mora com o pai em Fortaleza, onde recebe atendimento médico em casa, na modalidade home care, acompanhado por uma equipe multiprofissional formada por fonoaudiólogo, neurologista, fisioterapeuta, enfermeiro e técnicos em enfermagem, terapeuta ocupacional, psicólogo. "Eu tenho a missão de vida de ver meu filho reabilitado, voltar a sorrir, andar, comer", disse Tatiana Maranhão, que aproveita cada oportunidade para passar alguns dias com o filho. Ambos se comunicam através de pequenos sinais que ele utiliza para dar respostas aos estímulos maternos, como o aperto de mão ou o piscar de

olhos. Segundo Tatiana Maranhão, Tavinho já escolheu que o tema do sexto aniversário será o personagem de desenho animado Ben 10.

Segundo a mãe do garoto, Tavinho ficou em estado gravíssimo logo após o acidente, no qual a servidora pública perdeu a filha mais velha, Anna Karenina, à época com apenas 7 anos. Depois de sete meses de internamento em uma unidade de terapia intensiva (UTI) de São Luís, quando o menino teve a recuperação inicial, Tatiana Maranhão conseguiu uma vaga para o filho receber tratamento na disputada Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), no Recife (PE). Ao realizar pesquisas sobre o diagnóstico de traumatismo craniano com lesão axonal difusa, a mãe do pequeno paciente descobriu a empresa que realiza o tratamento especializado com células-tronco.

O próximo passo, segundo ela, foi conhecer outras pessoas com experiências congêneres. Através do contato com familiares de um rapaz no Rio Grande do Sul, que teve melhora expressiva depois de ser atendido pelos profissionais da empresa chinesa, a servidora maranhense descobriu que o representante da Beike Biotech no Brasil, Carlos Pereira, atuava exatamente na capital pernambucana. Pai da pequena Clara, a primeira brasileira a ser tratada com o método, em 2009, e que apresentou avanços em uma paralisia cerebral de nascimento,

o representante providenciou a inclusão de Tavinho na fila de espera da empresa especializada no tratamento com células-tronco.

Ajudada pelos colegas de trabalho, responsáveis pela primeira arrecadação de doações para a concretização do tratamento de Tavinho em outro país, Tatiana Maranhão busca sensibilizar outras pessoas nessa causa. As próximas ações pretendem mobilizar as pessoas em espaços públicos, como a Avenida Litorânea, ou divulgar a campanha nos meios de comunicação. Uma página eletrônica já se encontra na rede de computadores para relatar a história de Tavinho e solicitar as doações.

Beike Biotech

A Beike Biotechnology é uma empresa chinesa que atua no campo da biotecnologia, com sede na cidade de Shenzhen, cuja especialidade é a pesquisa, transplantes clínicos e serviços de suporte à tecnologia envolvendo células-tronco adultas. Fundada em 1995, com investimentos das universidades de Pequim e de Ciência e Tecnologia de Hong Kong, além da Prefeitura de Shenzhen, a companhia já empregou mais de 700 funcionários desde que foi instituída, e hoje conta com sete filiais na China, Hong Kong e Índia. Com uma equipe de ponta na pesquisa e desenvolvimento, coordenada por alguns dos mais proeminentes cientistas na área, a Beike Biotech vem se dedicando,

desde 1999, ao desenvolvimento e comercialização de terapias envolvendo células-tronco adultas. Atualmente, a empresa processa tecnologias para tratar diversos tipos de doenças, como lesão e paralisia cerebral, esclerose múltipla, distrofia muscular ou danos no nervo óptico.

SERVIÇO

Para colaborar com a campanha "Tavinho, amor de mãe", as doações podem ser efetuadas através dos dados: Banco do Brasil Agência 2972 - 6 Conta Poupança 38313 - 9 (variação 51) Otávio Augusto Maranhão (CPF 065.984.223 - 88) ou acessar a página: <http://www.tavinhomaranhao.com.br>

Os interessados em entrar em contato com a Beike Biotechnology podem ligar para a representação no Recife: Reamo Beike Tel: (81) 3034 5868 <http://www.beikebiotech.com>



O tratamento com células-tronco na China encheu Tatiana Maranhão de esperança. "Eu tenho a missão de vida de ver meu filho reabilitado"



Eu tenho a missão de vida de ver meu filho reabilitado, voltar a sorrir, andar, comer.

Tatiana Maranhão,
servidora pública estadual

32,3

mil dólares, valor do tratamento com células - tronco na Beike Biotech (China)

SAIBA MAIS

Lesões cerebrais

De acordo com informações da Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação, as lesões cerebrais ocorrem em todas as faixas etárias, e são mais comuns em adultos jovens, na faixa entre 15 e 24 anos. Com uma incidência nos homens estimada entre três e quatro vezes maior do que nas mulheres, a principal causa de lesão cerebral são os acidentes de trânsito, e em seguida da violência pessoal. No caso da lesão axonal difusa, que acomete Otávio Augusto Maranhão, esse tipo de trauma ocorre quando a perda de consciência é superior a seis horas, e se caracteriza por estiramento dos neurônios em decorrência dos movimentos súbitos de aceleração e desaceleração. Pode ser dividida de acordo com a duração do coma e o prognóstico depende da sua duração. Os comas mais prolongados podem estar associados a sinais focais ou edema, e têm prognóstico mais desfavorável. As lesões são microscópicas, e, em geral, afetam o corpo caloso e o tronco cerebral ou são difusas. O traumatismo cranioencefálico (TCE) é importante causa de morte e de deficiência física e mental, e como patologia neurológica com impacto na qualidade de vida, é superado apenas pelo acidente vascular cerebral (AVC).

Cajapió

Ministério Público requer interdição da delegacia

No último dia 20, quarta-feira, o Ministério Público Estadual impetrou Ação Civil Pública, com pedido de liminar, contra o Estado do Maranhão, com o objetivo de que seja interditada a Delegacia de Polícia de Cajapió.

Na ação, o promotor de justiça Tharles Cunha Rodrigues Alves, titular da Comarca de São Vicente Férrer, da qual Cajapió é termo judiciário, requer a transferência imediata da delegacia para funcionamento do expediente administrativo em outro imóvel e a proibição do recebimento de novos presos provisórios ou sentenciados nas duas unidades policiais.

A interdição foi proposta devido às péssimas condições estruturais e de salubridade do prédio, que colocam em risco a vida e a saúde dos servidores. Esse quadro foi constatado em vistoria realizada pelo promotor de justiça no final de fevereiro.

Os presos que lá se encontravam, depois das primeiras chuvas e com a consequente deterioração das instalações, foram removidos para a Delegacia de São Vicente Férrer. A fossa sanitária transbordou, alagando todo o prédio e causando odor insuportável.

Em relatório sobre a vistoria, Tharles Cunha detalha os problemas mais gra-

ves detectados, que vão desde o excesso de umidade, provocado pelo telhado com goteiras, até o risco de incêndio, devido às instalações elétricas danificadas. "As inadequadas condições do prédio comprometem sobremaneira os documentos ali dispostos (inquéritos policiais, portarias, termos circunstanciados de ocorrências), elevando o potencial de perdas e danos destes, o que traria sérios prejuízos aos serviços prestados pela Polícia Civil e, por consequência, a todos os órgãos envolvidos no processo judiciário", alerta o membro do Ministério Público.

No mérito da questão, a Ação Civil requer que o Estado do Maranhão seja condenado a construir, no prazo máximo de seis meses, a contar do trânsito em julgado desta decisão, uma cadeia pública na Comarca de Cajapió. Também foram solicitadas a reforma das instalações físicas da Delegacia de Polícia Civil de Cajapió, sanando todos os problemas referidos ou construção de uma nova sede; e a reestruturação do quadro funcional da unidade policial, com a lotação de um delegado de carreira e, pelo menos, mais dois agentes de investigação, para o exercício das atividades de polícia judiciária.

SITUAÇÃO PRECÁRIA FAZ SERVIDORES DE FÓRUM NO INTERIOR DECRETAREM GREVE

Servidores públicos entraram em greve por causa das condições do prédio onde funcionam o Fórum de Justiça e o Cartório Eleitoral de Porto Franco, a 100 km de Imperatriz. Também nesta quarta-feira (20), o juiz Armindo Nascimento Reis, com base num laudo da Vigilância Sanitária, resolveu interditar o prédio.

O prédio foi construído na década de 80 e já foi usado como hospital. Segundo os servidores, nunca houve reforma, apenas uma divisão das salas, em 2007. O Fórum é responsável pelos municípios de Porto Franco, Campestre, São João do Paraíso e Lajeado Novo.

De acordo com a vigilância, o local oferece grande risco de contaminação por doenças transmitidas por meio de fezes e urina de ratos, como a leptospirose.

Em uma foto tirada por uma servidora é possível ver um rato saindo da caixa de processos. "Eu tenho recebido os mandados, ultimamente, com fezes de ratos, urina; processos ruidos... Isso tem me prejudicado. Tenho sentido coceira pelo corpo devido a essa infestação de ratos", completa o oficial de Justiça Marcus Cipriano.

Uma outra fotografia mostra dois ratos mortos tirados de dentro de um bebedouro. Além da saúde, a situação prejudica o trabalho dos servidores. "Não tem como atender bem o público se a gente está vendo rato pra todo lado, fezes de rato pra todo lado. Nós estamos decididos a só voltarmos a trabalhar em outro espaço físico, porque este aqui já não dá mais", disse a técnica judiciária Maria de Jesus.

Em 2010, o Tribunal de Justiça do Estado começou uma construção no valor de R\$ 1.154.000,00. O Fórum deveria ter sido inaugurado em janeiro do ano passado, mas a obra está parada.

Em nota, o TJ informou que a abertura das propostas que concorrem na licitação será na terça-feira da semana que vem. A assessoria de comunicação do Tribunal informou ainda que, na próxima semana, um prédio deve ser alugado até a finalização das obras do Fórum.

Palestra conta a história do Tribunal de Justiça para estudantes de SL

Cerca de 200 estudantes de escolas de São Luís vão assistir palestra sobre a história do Tribunal de Justiça do Maranhão, na terça-feira (26), às 9h, no auditório do Palácio da Justiça. O evento integra a programação comemorativa do bicentenário da Corte estadual, que atingirá o ponto alto no dia 4 de novembro deste ano, data da instalação do Tribunal.

A palestra “Tribunal de Justiça do Maranhão – 200 Anos” será ministrada pelo desembargador aposentado Milson de Souza Coutinho, historiador e autor do livro “História do Tribunal de Justiça do Maranhão – 1619-1999”, que descreve fatos relevantes da trajetória da instituição, dos tempos de Colônia, passando pelo Império e República.

O tema da explanação, “Tribunal de Justiça do Maranhão – 200 Anos”, é o mesmo do concurso de redação promovido pelo TJ-MA para estudantes de nível médio das escolas públicas e particulares de São Luís, com inscrições

abertas até o dia 30 de abril, pelo Portal do Judiciário (www.tjma.jus.br).

O presidente da Comissão da Comemoração aos 200 Anos do TJ-MA, desembargador Lourival Serejo, fará abertura e apresentação do palestrante. “A palestra e o concurso foram os meios encontrados pelo Tribunal de engajar a classe estudantil nas comemorações do bicentenário”, disse o desembargador.

Redação – O TJ-MA abriu, em 1º de março, as inscrições para o concurso de redação que premiará o primeiro colocado com uma viagem à Fortaleza, com direito a hospedagem e acompanhante; e o segundo colocado, com um notebook. Os interessados devem cursar o ensino médio da capital e podem se inscrever gratuitamente até o dia 30 de abril, pelo Portal do Poder Judiciário na internet: www.tjma.jus.br. Mais informações sobre o concurso podem ser obtidas, gratuitamente, pelo Telejudiciário (0800-707-1581)

❖❖ O que será que acontece com alguns juízes maranhenses???!!! Sim, porque todas as sentenças que deram afastando prefeitos acusados de irregularidades foram revogadas pelo tribunal em menos de 24 horas!!! A exceção foi a ex-prefeita de Paço do Lumiar..., mas somente depois que a Federal entrou 'em campo' que o processo foi julgado e ela cassada de imediato!!! Eu, hein!!!

Tese de juiz maranhense é premiada na Espanha

A valoração judicial da prova feita por peritos foi objeto da tese de doutorado do juiz auxiliar da comarca de São Luís, Manoel Matos, obtendo nota máxima e dando ao magistrado prêmio extraordinário concedido pela Universidade de Burgos (Espanha).

A premiação foi comunicada ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador Guerreiro Júnior. O juiz agradeceu o apoio recebido do Judiciário maranhense para fazer o Doutorado. Guerreiro Júnior o parabenizou pelo mérito alcançado.

Com o título “El dictamen pericial: critérios de valoración y su motivación

em la sentencia civil”, a tese colocou em pauta como o atual estágio de desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade faz com que a prova pericial apresente-se cada vez mais decisiva no processo judicial.

“O magistrado, ao proferir sua sentença, deve estar preparado para valorar criteriosamente a perícia realizada”, enfatiza Matos, cujo trabalho acadêmico resultou na publicação de um livro no Brasil e na Europa.

A menção ao prêmio que constará no título de Doutor dará direito ao Diploma de Prêmio Extraordinário de Doutorado e será incluída na certificação acadêmica.

Bom dia, Dr. Pêta;

Gostaria de pedir a importantíssima, valiosa e indispensável ajuda nesta árdua e ferrenha luta dos aprovados do Concurso do TJ 2011 em busca da tão sonhada convocação. Estou enviado essa carta para publicação, a qual demonstra o nosso real sentimento de tristeza, mágoa e revolta por parte do descaso a que todos nós estamos sofrendo.

CARTA A BERTA AOS CONCURSEIROS DO MARANHÃO

O ingresso no Serviço Público tem sido o sonho de milhões de brasileiros em busca de estabilidade; segundo a CONJUR – Consultor Jurídico. Em 2011, havia cerca de 11 milhões de Concurseiros no Brasil, dentre eles, nós que prestamos Concurso para o Tribunal de Justiça do Maranhão. Infelizmente, hoje, passados dois anos da realização do concurso, muitos de nós temos amargado a espera e alimentado a esperança de que um dia seremos convocados, sendo que até mesmo quem passou em primeiro lugar, para Comarca em que havia vaga disponível em edital, ainda não foi convocado, a exemplo da Candidata Diana Melo, primeiro lugar para Comissário de Menores na Comarca de Balsas.

Há lugares que, embora não exista nem cargo criado, foi realizado o concurso para CR (Cadastro de Reserva). A propósito, importante que se traga ao conhecimento de todos que leem esta Carta o entendimento recente da 1ª Turma do STJ sobre Cadastro de Reserva "...ainda que se considere o fato de o edital não fixar o número de vagas a serem preenchidas com a realização do concurso, é de presumir que, não tendo dito o contrário, pelo menos uma vaga estaria disponível".

O Judiciário, embora possua discricionariedade para definir a respeito da conveniência e da oportunidade em que deva Convocar Candidatos aprovados, não pode realizar concurso sem perspectiva de convocar.

Frente a isso, pedimos a solidariedade de todos os concurseiros do Maranhão, mesmo os de outra parte do país, já que estamos unidos por um mesmo sentimento, qual seja, o de perseverança e o de busca de um futuro melhor.

(Octávio Bastos – São Luís – MA)

Simpática iniciativa do juiz José Américo Abreu Costa, 1º titular da Vara de Infância de São Luís, vai levar o projeto "Jovem Comissário" para a zona rural da capital.

O projeto, idealizado por aquela unidade judicial, tem por objetivo formar jovens comissários para atuarem como agentes multiplicadores dos direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, conforme previsto no Estatuto.

Ismael Júnior é absolvido pelo Júri em Passagem Franca

Ismael Ferreira da Silva Júnior esteve preso, preventivamente, por três anos e meio no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, após ser denunciado pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, por ter matado, com dois tiros na cabeça, Eduardo de Sousa Silva, gerente da Audiolar da cidade de Passagem Franca, no Maranhão, localizada a 600 quilômetros da capital maranhense. O crime ocorreu, por volta das 20h, do dia 29 de outubro, do ano de 2004.

Durante o período que esteve preso, na Penitenciária de Pedrinhas, foram interpostos vários habeas corpus, tendo sido negado pela Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Ismael Júnior já trabalhava na penitenciária, exercendo a função de conservação e limpeza, sendo portador de boa conduta carcerária, e bom comportamento, nunca tendo se envolvido em fugas, rebeliões, ou qualquer prática que manchasse sua ficha disciplinar – o que não serviu para convencer aos desembargadores.

Ao longo dos três anos e meio em que esteve preso, tão somente a partir de julho do ano de 2012, o advogado Gilson Fernandes de Araújo, atendendo ao convite, abraçou a causa de Ismael Júnior, combatendo inicialmente o pedido de desaforamento formulado pelo Juiz de Direito Titular da Comarca de Passagem Franca, Davi Mourão de Menezes Júnior, quando solicitava a transferência do julgamento de Ismael Júnior para São Luís, sob a alegação de que se tratava de pessoa perigosa.

Mas, o advogado Gilson Araújo guerreou contra as acusações do magistrado Davi Mourão, demonstrando ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão que Ismael Júnior era réu primário, tinha bons antecedentes, boa conduta carcerária, residência fixa e profissão definida.

Enfatizou ainda Gilson Araújo que o acusado Ismael Júnior deveria ser julgado em Passagem



Ismael Júnior ao lado de seu advogado, Gilson Araújo, ao final da sessão do Júri em Passagem Franca

Franca, cidade onde ocorreu o crime, terra natal do réu, uma vez que nasceu em Nazaré, zona rural daquele município, fixando residência na sede acompanhando seus pais Ismael e Fátima, além de seus dois irmãos Witamar e Katchiúcia, onde estudou os primeiros anos do ensino fundamental e cresceu como muitos outros jovens passagenses.

A Segunda Câmara Criminal do TJ-MA, composta pelo desembargador Antônio Fernando Bayma Araújo, desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo e desembargador Froz Sobrinho, acolheu as argumentações do advogado Gilson Araújo em favor de Ismael Júnior; e, consequentemente, negou ao pedido do juiz Davi Mourão, determinado que o júri de Ismael ocorresse na cidade de Passagem Franca.

Em dezembro de 2012, quando Ismael ainda se encontrava preso em Pedrinhas, Gilson Fernandes de Araújo ingressou com pedido de liberdade para seu cliente, por meio do Habeas Corpus Liberatório, que foi concedido liminarmente pelo desembargador Raimundo Melo, relator da Segunda Câmara Criminal. Na ocasião, o advogado argumentou que a prisão de Ismael era injusta, por ser de caráter preventivo, enquanto que o acusado

era mantido preso há mais de três anos, aguardando julgamento, o que demonstrava que o juízo de direito da comarca de Passagem Franca não estava cumprindo a determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em especial a META 4, pois Ismael já deveria ter sido julgado antes do final do ano de 2012.

A Segunda Câmara Criminal julgou definitivamente o Habeas Corpus de Ismael Júnior, restabelecendo sua liberdade; e, por conseguinte, o magistrado titular da Comarca de Passagem Franca, Dr. Mourão, marcou o júri de Ismael para o mês de abril de 2013, e logo em seguida, antecipou para o dia 14 de março deste ano.

Ismael Júnior foi levado a julgamento, em Passagem Franca, no dia 14, deste mês, no Salão Nobre do Fórum Desembargador Carlos César de Berredo Martins, que estava repleto de pessoas dos mais diversos segmentos da sociedade passagensense, dentre eles advogados e familiares do acusado.

A presidência do Júri Popular ficou ao encargo do juiz Davi Mourão, o Ministério Público foi representado pelo promotor de Justiça Aarão Castro, titular da Promotoria de Justiça de São Raimundo do Maranhão, ladeado pelo promotor de Justiça Carlos Pinto, titular da

Promotoria de Passagem Franca e Emanuel, titular da Comarca de Paraibano, enquanto que a defesa de Ismael Júnior ficou sob a responsabilidade do advogado Gilson Fernandes de Araújo.

O Ministério Público, representado pelo promotor Aarão Castro, sustentou a tese de que Ismael Júnior matou Eduardo da Audiolar, friamente, por causa de uma dívida que vinha sendo cobrada por ter adquirido alguns eletrodomésticos na loja Audiolar, o que levou Ismael a matar Eduardo de forma fútil e, mediante surpresa, quando lhe desferiu dois tiros no rosto, a menos de três metros de distância, próximo ao bar do Toim.

O advogado de Ismael, Gilson Araújo, sustentou a tese de Legítima Defesa, pois entre Ismael e Eduardo já havia uma desavença, tinha havido discussões, ameaças e Eduardo da Audiolar já havia comprado um revólver, tendo jurado Ismael de morte, como afirmado por várias testemunhas no curso do processo e em plenário do Júri.

Depois de uma calorosa sustentação oral em que o promotor Aarão Castro, com ética e equilíbrio, acusava Ismael Júnior, pedindo que os jurados o condenassem pela prática de homicídio duplamente qualificado (art. 121 § 2.º, inc. II e IV) na forma fútil e mediante surpresa, o que levaria Júnior a pagar uma pena de 12 a 30 anos de reclusão na Penitenciária de Pedrinhas.

Já o advogado de defesa, Gilson Fernandes de Araújo, combateu as teses de acusação, usando todo o tempo necessário, sustentando a tese de Legítima Defesa, que foi entendida pelos jurados de Passagem Franca, absolvendo Ismael Ferreira da Silva Júnior, o "Junior do Ismael", após votação em sala secreta.

Ao final, o juiz Davi Mourão fez suas considerações finais, pediu que os presentes ficassem em pé, quando foi lida a sentença que absolveu Ismael Júnior do crime de homicídio, praticado contra a pessoa de Eduardo da Audiolar.